

ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO

Edital 17/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2026	180183-ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO	KATIA CRISTINA PAIVA GUIMARAES	27/04/2026 15:51 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00131198/2026-46

1. PREGÃO ELETRÔNICO 90010/2026

CONTRATANTE (UASG)

180183

OBJETO

Aquisição de Láurea do Mérito Pessoal do 1º ao 5º grau.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

SIGILOSO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **19/05/2026**

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das **09h30 até 17h00** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço/por grupo

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DTIC
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90010/2026

(Processo Administrativo nº 057.00131198/2026-46)

Torna-se público que a *Polícia Militar do Estado de São Paulo*, por meio da *Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC*, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de Láurea do Mérito Pessoal do 1º ao 5º grau, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o grupo de itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de

pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. Considerando o valor estimado do grupo de itens objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2.1. Valor unitário e total do item;

5.2.2. Marca;

5.2.3. Fabricante;

5.2.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,20 (vinte centavos).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os

licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser

utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
 - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
 - 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 7.13. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
 - 7.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
 - 7.13.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante

será recusada.

7.13.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico dticsoc@policiamilitar.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
- 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado

dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, conforme Resolução SSP-05/2026, de 02 de março de 2026.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133,

de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: dticsoc@policiamilitar.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico na Internet www.compras.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

- 14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;
- 14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.
- 14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:
- 14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;
- 14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;
- 14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;
- 14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos

do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.imprensaoficial.com.br.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.3. ANEXO III – Minuta de Nota de Empenho;

14.15.4. ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta;

14.15.5. ANEXO V – Modelo de Declaração.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ARONY APARECIDO LOPES

Subscritor de Edital



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 15:51:17.

Termo de Referência 31/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
31/2026	180183-ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO	MAURICIO TRUDES DE AGUIAR	24/04/2026 15:02 (v 0.19)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00131198/2026-46

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de láurea do mérito pessoal, do 1º ao 5º grau, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE TOTAL DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
	1	Laurea de Merito Pessoal de 1 Grau; Em Metal Esmaltado e Couro Branco Laurea de Merito Pessoal 1 Grau, Metal Esmaltado de Couro Branco, Modelo Garrafinha, medalha Militar	4513738	UNIDADE	70
		Laurea de Merito Pessoal de 2 Grau; Em			

1	2	Metal Ouro e Couro Vermelho , modelo Garrafinha, Medalha Militar	4513754	UNIDADE	70
	3	Laurea de Merito Pessoal de 3 Grau; Em Metal Prata e Couro Vermelho Modelo Garrafinha, Medalha Militar	4513746	UNIDADE	60
	4	Laurea de Merito Pessoal de 4 Grau; Em Metal Cromo e Couro Preto Modelo Garrafinha, Medalha Militar;	4513762	UNIDADE	90
	5	Laurea de Merito Pessoal de 5 Grau; Em Metal Bronze e Couro Preto Modelo Garrafinha, Medalha Militar;	4513770	UNIDADE	30

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência, conforme segue:

1.1.1.1. medalhão de metal com 3 cm de diâmetro sobreposto a uma placa de couro, com a seguinte composição:

1.1.1.1.1. um suporte de couro em forma de garrafa, pespontado, medindo 3,5 cm de lado, com cantos levemente arredondados;

1.1.1.1.2. um círculo exterior de 0,35 cm de espessura contendo, em dimensões proporcionais, as inscrições na parte superior “POLÍCIA MILITAR” e na parte inferior “SÃO PAULO”;

1.1.1.1.3. sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, uma circunferência de 2,65 cm de diâmetro;

1.1.1.1.4. sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, um mapa estilizado do Estado de São Paulo, com 1,8 cm de altura e 3 cm de largura;

- 1.1.1.1.5. sobreposto ao mapa, igualmente concêntrico e em relevo, o Escudo do Brasão de Armas da Polícia Militar, com 1 cm de largura e demais medidas proporcionais.
- 1.1.1.2. as láureas serão confeccionadas, conforme os graus, nos seguintes metais e couros:
- 1.1.1.2.1. 5º grau: Metal bronze e couro preto, modelo garrafinha;
- 1.1.1.2.2. 4º grau: Metal cromo e couro preto, modelo garrafinha;
- 1.1.1.2.3. 3º grau: Metal prata e couro vermelho, modelo garrafinha;
- 1.1.1.2.4. 2º grau: Metal ouro e couro vermelho, modelo garrafinha;
- 1.1.1.2.5. 1º grau: Metal esmaltado e couro branco, modelo garrafinha, sendo o esmalte nas seguintes cores:
- 1.1.1.2.5.1. círculo exterior de esmalte preto e as inscrições em dourado, limitado por uma bordadura também em dourado;
- 1.1.1.2.5.2. círculo interior do esmalte vermelho, limitado por uma bordadura em dourado;
- 1.1.1.2.5.3. mapa do Estado de São Paulo em esmalte branco também limitado por uma bordadura em dourado;
- 1.1.1.2.5.4. escudo do Brasão de Armas da Polícia Militar, nas cores características
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2025,
- 2.3. conforme detalhamento a seguir:
- 2.4. I) ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000175/2026.
- 2.5. II) Data de publicação no PNCP: 05/12/2025.
- 2.6. III) ID do item no PCA: 177, 178, 178, 180 e 191.
- 2.7. IV) Classe/Grupo: 8455 – DISTINTIVOS E INSÍGNIAS.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução visa suprir a demanda de reposição de estoque de Láureas de Mérito Pessoal para a DTIC, oferecendo condecorações de alta durabilidade e rigor heráldico, adequadas aos padrões regulamentares da Polícia Militar de São Paulo, substituindo o estoque baixo e garantindo a continuidade do ciclo de valorização profissional.

3.3. O objeto a ser fornecido deverá ser de fabricação nova, compreendendo o fornecimento e entrega de medalhões de metal com 3 cm de diâmetro sobrepostos a um suporte de couro em formato de "garrafinha".

3.4. O conjunto deverá possuir as seguintes características técnicas obrigatórias:

- Suporte: Couro pespontado, em forma de garrafa, medindo 3,5 cm de lado com cantos levemente arredondados.
- Estrutura do Medalhão: Composto por círculo exterior de 0,35 cm de espessura com inscrições "POLÍCIA MILITAR" (superior) e "SÃO PAULO" (inferior); círculo concêntrico em relevo com 2,65 cm de diâmetro; mapa estilizado do Estado de São Paulo (1,8 cm de altura x 3 cm de largura); e Escudo do Brasão de Armas da PM (3 cm de largura) sobreposto ao centro.

- Especificação por Graus (Metais e Couros):

o 5º Grau: Em Metal Bronze e Couro Preto, Modelo Garrafinha, Medalha Militar;



o 4º Grau: Em Metal Cromo e Couro Preto, Modelo Garrafinha, Medalha Militar;



o 3º Grau: Em Metal Prata e Couro Vermelho, Modelo Garrafinha, Medalha Militar;



o 2º Grau: Em Metal Ouro e Couro Vermelho, Modelo Garrafinha, Medalha Militar;



o 1º Grau: Em metal esmaltado e couro branco, Modelo Garrafinha, Medalha Militar, com círculo exterior em esmalte preto (inscrições douradas), círculo interior em esmalte vermelho, mapa em esmalte branco e Brasão de Armas em suas cores características, todos com bordaduras em dourado.



- Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, oxidação ou desprendimento do esmalte.

3.5. A entrega abrangerá o descarregamento e a disponibilização do material em local indicado pela Administração, devendo o fornecedor assegurar que o transporte ocorra de forma a evitar danos, riscos nos metais ou manchas no couro, garantindo a integridade estética das láureas.

3.6. O fornecedor deverá observar a prevalência das disposições deste Termo de Referência sobre a descrição do catálogo (CATMAT) do sistema Compras.gov.br, em caso de eventuais divergências.

3.7. O produto ofertado deve ser estritamente funcional e representativo da honraria, não se enquadrando como bem de luxo, em observância ao Art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e aos Decretos Estaduais vigentes. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, sendo a licitante vencedora a única responsável pelo cumprimento integral das especificações e prazos estabelecidos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade inerentes ao objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Procedência e Qualidade dos Materiais: Os metais utilizados na confecção das láureas devem ser, preferencialmente, provenientes de processos que utilizem ligas metálicas com potencial de reciclagem. O couro utilizado nos suportes deverá, sempre que possível, ser proveniente de curtumes que comprovem a observância às normas ambientais vigentes, evitando o uso de substâncias tóxicas nocivas ao meio ambiente no processo de tingimento.

4.1.2. Atoxicidade e Segurança: Os esmaltes utilizados na personalização das láureas de 1º grau devem ser isentos de metais em concentrações que possam ser prejudiciais à saúde do usuário ou ao meio ambiente, garantindo a atoxicidade do produto final.

4.1.3. Eficiência no Transporte e Embalagem: O produto deverá ser acondicionado em embalagens que utilizem preferencialmente materiais recicláveis ou biodegradáveis (papelão, papel craft ou plásticos recicláveis). O fornecedor deve otimizar o volume das embalagens de transporte para minimizar a geração de resíduos sólidos no ato da entrega na DTIC.

4.1.4. Durabilidade e Ciclo de Vida: As láureas devem apresentar alta resistência à oxidação, descascamento e desbotamento (conforme as especificações de banho de metal e qualidade do couro). A alta durabilidade do item é um requisito de sustentabilidade, pois prolonga a vida útil do bem e evita a necessidade de substituições precoces, em respeito ao uso racional dos recursos públicos.

4.1.5. Logística Reversa e Descarte Responsável: Sendo o objeto composto majoritariamente por metal e couro, materiais com alto potencial de reaproveitamento, o fornecedor deverá, quando solicitado, orientar a Administração sobre o descarte ambientalmente correto ou possibilidades de reciclagem dos componentes em caso de danos que inutilizem a comenda, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.1.6. Conformidade Ética e Social: O fornecedor deve assegurar que em nenhuma etapa da produção das láureas houve a utilização de mão de obra infantil ou em condições análogas à escravidão, em cumprimento aos preceitos constitucionais e às diretrizes de responsabilidade social nas contratações públicas.

Da exigência de amostra(s)

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, para fins de verificação da conformidade com as especificações heráldicas e técnicas, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra física dos itens conforme solicitado pela Administração.

4.2.1. A amostra deverá ser composta por 01 (uma) unidade completa (medalhão sobreposto ao suporte de couro) de cada grau (1º, 2º, 3º, 4º e 5º grau) por exigir maior detalhamento técnico (esmaltação e cores).

4.2.2. O fornecedor deverá entregar a amostra na Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), aos cuidados do Setor de Comunicação Social, situada na Av. Cruzeiro do Sul, 260 - 6º Andar, Sala 628 - Canindé - São Paulo /SP - CEP: 03033-020, em prazo a ser definido no sistema, para análise da Comissão Técnica.

4.2.3. A análise técnica verificará os seguintes critérios objetivos:

- Fidelidade Heráldica: Conformidade das inscrições "POLÍCIA MILITAR" e "SÃO PAULO", precisão do mapa estilizado e do Brasão de Armas da PMESP conforme as medidas especificadas.
- Qualidade do Metal e Banho: Ausência de rebarbas, porosidade ou manchas, verificando se o banho metálico apresenta brilho uniforme.
- Acabamento do Couro: Verificação do pesponto, espessura e flexibilidade do suporte de couro "modelo garrafinha".
- Qualidade da Esmaltagem: (Para o 1º Grau) Verificação da aderência e separação nítida das cores (preto, vermelho, branco e dourado), sem transbordamentos.

4.2.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostras, que terá data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados.

4.2.5. A incompatibilidade técnica da amostra apresentada com as exigências detalhadas neste Termo de Referência resultará na desclassificação da proposta.

4.2.6. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

- Láurea de Mérito Pessoal, um exemplar de cada um dos 5 graus

Equivalência Técnica

4.3. Caso o fornecedor apresente modelo de fabricação que apresente variações dimensionais mínimas (dentro de uma margem de tolerância de até 2%) em relação às medidas referenciais do medalhão (3 cm) ou do suporte de couro (3,5 cm), tal variação poderá ser admitida, desde que não haja prejuízo à estética heráldica, à legibilidade das inscrições e à proporção dos símbolos (Mapa de São Paulo e Brasão de Armas), mediante aceite formal da Administração.

4.4. A equivalência técnica também poderá ser considerada para materiais (metais e couros) que comprovadamente apresentem características de durabilidade, resistência à oxidação ou acabamento superiores aos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, desde que mantida a fidelidade às cores e formas regulamentares.

4.4. O modelo apresentado na fase de amostra/prova de conceito deverá corresponder exatamente ao produto entregue em lote, sendo vedada a substituição por materiais de qualidade inferior, couros sintéticos (quando exigido couro legítimo) ou banhos metálicos de menor resistência no momento do recebimento.

4.5. Eventuais divergências de tonalidade nas esmaltações (1º grau) decorrentes de diferentes lotes de fabricação serão analisadas pela DTIC, que poderá rejeitar o material caso a variação comprometa a identidade visual padrão da Polícia Militar de São Paulo.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência de garantia da contratação (caução), sem prejuízo da garantia legal e contratual do fabricante de 12 (doze) meses.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Prazo e Local: O prazo para entrega total das Láureas de Mérito Pessoal é de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

5.2. Remessa: A entrega deve ser em remessa única, contemplando o fornecimento completo das comendas (medalhões e suportes de couro), embalagem protetora e transporte até o destino final.

5.3. Local e Horário: Os bens deverão ser entregues na Divisão Administrativa da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), situada na Av. Cruzeiro do Sul, 260 - 6º Andar, Sala 628 - Canindé - São Paulo/SP. O atendimento ocorre em dias úteis, das 08:30h às 17:30h.

5.4. Agendamento: É obrigatório o agendamento prévio com antecedência mínima de 48 horas pelo e-mail: dticp5@policiamilitar.sp.gov.br.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia e Assistência Técnica

5.6. Vigência: O prazo de garantia é de 12 (doze) meses, a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

5.7. Abrangência: A garantia deve assegurar a integridade do banho metálico (ouro, prata, cromo ou bronze), a fixação das cores da esmaltação e a resistência do suporte de couro e sua costura (pesponto), sem ônus adicional para a Polícia Militar.

5.8. Substituição de Itens com Defeito: Comendas que apresentarem sinais de oxidação precoce, descascamento do metal, desprendimento de esmalte ou rachaduras no couro dentro do prazo de garantia deverão ser substituídas por itens novos, com rigorosa observância das mesmas especificações técnicas originais.

5.9. Prazo de Reposição: Uma vez notificada sobre a existência de vício ou defeito de fabricação, a contratada terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para realizar a substituição integral do item defeituoso, sem qualquer custo logístico para a Administração.

5.10. Custos Logísticos: Todo o custo de transporte para retirada e devolução de materiais em garantia corre por conta exclusiva da Contratada.

5.11. Descumprimento: Caso a substituição não ocorra no prazo, a Administração poderá aplicar as sanções previstas no contrato e no Termo de Referência, sem prejuízo da garantia original.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização e das estratégias para execução do objeto.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução para garantir que as Láureas de Mérito Pessoal atendam aos requisitos de heráldica, qualidade do metal, esmaltação e acabamento do couro estabelecidos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.7.2. Acompanhamento: O fiscal verificará se os medalhões e os suportes de couro "modelo garrafinha" estão em estrita conformidade com as dimensões e proporções exigidas (Ex: Brasão de Armas com 3 cm de largura).

6.7.3. Registro de Ocorrências: Todas as faltas (ex: oxidação precoce, erro de grafia nas inscrições ou couro fora do padrão) serão anotadas para fins de regularização.

6.7.4. Medidas Preventivas: O fiscal técnico poderá suspender a aceitação do objeto caso identifique que as comendas entregues apresentam defeitos de acabamento ou não correspondem à amostra aprovada.

6.7.5. O fiscal técnico informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento e as garantias (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18).

6.8.1. Habilitação e Pagamento: O fiscal administrativo verificará se a empresa mantém as certidões negativas e condições de habilitação antes de liberar o pagamento do lote de láureas.

6.8.2. Obrigações Sociais: Sempre que solicitado, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei (deficientes e aprendizes), nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica e administrativa, visando ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 2º).

6.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, com base nos indicadores de qualidade e fidelidade heráldica aferidos pela fiscalização técnica.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução do objetivo de reposição do estoque da DTIC e o impacto no cronograma de reconhecimento institucional.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações heráldicas (metais, esmaltação e couro).

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação detalhada da qualidade heráldica, quantidade e conformidade dos materiais.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição técnica do material.

Liquidação

7.5. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, prorrogáveis por igual período quando houver necessidade de diligências (conforme Decreto estadual nº 67.608/2023).

7.5.1. O prazo de liquidação será reduzido à metade (05 dias úteis) no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a nota fiscal expressa os elementos essenciais, tais como: prazo de validade, data de emissão, dados do contrato, quantidade de láureas por grau e valor a pagar.

7.7. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal (Sicaf ou sítios eletrônicos oficiais).

Prazo de Pagamento

7.8. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal, desde que finalizada a liquidação da despesa (Art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608/2023).

7.9. No caso de atraso pelo Contratante, os valores serão atualizados monetariamente e incidirão juros moratórios de 0,5% ao mês, calculados pro rata temporis.

Forma de Pagamento

7.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária para depósito em conta corrente no Banco do Brasil S/A.

7.11. Constitui condição para o pagamento a inexistência de registros em nome do Contratado no Cadin estadual (Lei estadual nº 12.799/2008).

7.12. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos abrangidos por aquele regime, desde que apresente comprovação oficial.

Antecipação de Pagamento

7.13. Vedação: Não será permitida a antecipação de pagamento em nenhuma hipótese. O pagamento ocorrerá exclusivamente após a entrega e o aceite definitivo das Láureas de Mérito Pessoal.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Procedimento: O fornecedor será selecionado via Pregão, fundamentada no Art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Critério de Julgamento: A seleção será pelo MENOR PREÇO, observando o Decreto Estadual nº 68.304/2024.

8.3. Modo de Fornecimento: O fornecimento das Láureas de Mérito Pessoal será efetuado em remessa única, caracterizando-se como entrega imediata para fins de reposição de estoque da unidade, conforme prazos e condições estabelecidos no item 5 deste instrumento.

Forma de fornecimento

8.9. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.10. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a) Sicaf;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- g) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alínea “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

8.11. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro especificado na alínea “d” da subdivisão anterior será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.12. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.13. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.14. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.15. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicaf, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.17. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.18. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e a CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.

8.19. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.20. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.21. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.22. CNPJ: Comprovante de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.23. Regularidade Federal: Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com efeitos de Negativa) relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais (INSS).

8.24. FGTS: Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), comprovando a situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

8.25. Justiça do Trabalho: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho.

8.26. Regularidade Estadual/Municipal: Certidões de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal da sede do fornecedor.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Metodologia de Cálculo e Pesquisa

9.1. A administração costuma utilizar a Média ou a Mediana dos preços obtidos, no caso desta contratação, foi utilizada a média.

9.2. A metodologia usada foi a de Pesquisa de Campo.

9.3. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

Composição do preço final

9.4. Componente de Custo Descrição

9.5. Equipamento: Valor da unidade da Láurea de Mérito Pessoal, incluindo o medalhão de metal (bronze, cromo, prata, ouro ou esmaltado), o suporte de couro pespontado e a montagem do conjunto.

9.6. Acondicionamento: Custo do estojo individual rígido para proteção e entrega da honraria, conforme padrão de preservação estabelecido.

9.7. Frete/Logística: Custos de transporte, carga e descarga para entrega na Av. Cruzeiro do Sul, 260 - Canindé - São Paulo /SP.

9.8. Garantia: Custos inerentes à cobertura de garantia de 12 meses contra oxidação, descascamento ou vícios de fabricação.

9.9. Tributos e Encargos: Todos os impostos (ICMS, IPI, ISS, etc.), taxas, contribuições sociais e encargos trabalhistas já inclusos no preço final da nota fiscal.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da aquisição e instalação do bebedouro correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado de São Paulo.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PMESP) – UGE 180183.

II) Fonte de Recursos: 150010001.

III) Programa de Trabalho: 180402.

IV) Elemento de Despesa: 33.90.30.90

10.3. Caso a entrega ou o cronograma de pagamento se estenda para o exercício financeiro seguinte, as despesas correrão por conta das dotações a serem consignadas na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), mediante simples apostila, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021.

São Paulo, 24 de abril de 2026.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

MAURICIO TRUDES DE AGUIAR

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 15:02:50.

ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO

Estudo Técnico Preliminar 48/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00131198/2026-46

2. Descrição da necessidade

2.1. Finalidade e Motivação: A contratação visa a reposição do estoque de Láureas de Mérito Pessoal (do 1º ao 5º grau) para galardoar integrantes da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) que se destacam por desempenho excepcional e dedicação técnica.

2.2. Situação Atual do Estoque: O estoque disponível encontra-se em nível crítico e baixo, sendo insuficiente para atender às próximas cerimônias de premiação e concessões imprevistas.

2.3. Impacto Organizacional: A falta desses itens impede o cumprimento do regulamento de recompensas, gerando um hiato na valorização profissional. Como a DTIC atua em um mercado de tecnologia competitivo, a láurea serve como ferramenta de retenção de talentos e manutenção do moral da tropa.

2.4. Alinhamento Estratégico: O mérito na unidade é mensurado pela estabilidade dos sistemas e inovação tecnológica, e o reconhecimento oportuno reforça o vínculo do militar com a instituição.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Comunicação Social da DTIC	Maurício Trudes de Aguiar

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos Técnicos e de Qualidade:

4.1.1. Fidelidade Heráldica: Os itens devem seguir rigorosamente as especificações de dimensões, como o suporte de couro em formato "garrafinha" (3,5 cm) e o medalhão de metal (3 cm) com as inscrições "POLÍCIA MILITAR" e "SÃO PAULO".

4.1.2. Amostras: O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostras físicas de cada um dos 5 graus para verificação de conformidade técnica e heráldica antes da adjudicação.

4.1.3. Garantia: Exigência de garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, oxidação ou desprendimento de esmalte.

4.2. Requisitos de Sustentabilidade:

4.2.1. Procedência de Materiais: Os metais devem preferencialmente provir de processos com potencial de reciclagem, e o couro deve ser de curtumes que observem normas ambientais.

4.2.2. Atoxicidade: Os esmaltes (especialmente para o 1º grau) devem ser isentos de metais pesados prejudiciais à saúde.

4.2.3. Embalagem e Logística: Devem ser utilizados materiais recicláveis ou biodegradáveis nas embalagens, otimizando o volume para reduzir resíduos.

4.3. Requisitos de Entrega e Gestão:

4.3.1. Prazo de Entrega: 30 dias corridos após a emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

- 4.3.2. **Vedações:** É proibida a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto.
- 4.3.3. **Conformidade Social:** O fornecedor deve garantir que não houve utilização de mão de obra infantil ou análoga à escravidão em nenhuma etapa produtiva.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. **O levantamento foi realizado através de uma estratégia mista para garantir a ampla competitividade e a baliza de preços atualizada:**
- 5.1.1. **Fontes Governamentais:** Utilização do painel de preços do portal *Compras.gov.br*, identificando contratações similares por outros órgãos públicos (como a Assembleia Legislativa do Acre e o Estado de Minas Gerais), adaptando-as às especificidades heráldicas da PMESP.
- 5.1.2. **Cotações Diretas:** Realização de pesquisa com fornecedores especializados em artigos militares (como Panelli e DG Brindes), considerando que o objeto possui características técnicas específicas de metalurgia e acabamento em couro que não são encontradas no varejo comum.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. A solução consiste na **aquisição por entrega única** de conjuntos de Láureas de Mérito Pessoal, abrangendo do 1º ao 5º grau.
- 6.1.1. **O Objeto:** Conjunto composto por medalha circular de metal (latão, cromado ou bronze, conforme o grau), suporte de couro com formato específico ("garrafinha") e estojo de veludo na cor verde musgo.
- 6.1.2. **Diferencial:** A solução não prevê apenas o fornecimento do material, mas a entrega de itens que atendam rigorosamente aos padrões estéticos e de durabilidade da instituição, garantindo a uniformidade visual nas solenidades.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. **As quantidades foram dimensionadas para atender à demanda da DTIC, considerando o fluxo de concessões e a necessidade de estoque reserva:**
- **1º Grau:** 70 unidades
 - **2º Grau:** 70 unidades
 - **3º Grau:** 60 unidades
 - **4º Grau:** 90 unidades
 - **5º Grau:** 30 unidades
 - **Total:** 320 unidades.

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Com base no Mapa de Pesquisa de Preço, o valor total estimado para a contratação é de caráter sigiloso.]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1. A orientação técnica é pela **não divisão do objeto (lote único)**.
- 9.1.1. **Justificativa:** A padronização visual é crítica. Ao contratar todos os graus de um único fornecedor, garante-se que o tom do dourado, a qualidade do couro e o acabamento dos estojos sejam idênticos em todos os graus. O parcelamento entre diferentes empresas poderia resultar em variações de tonalidade e qualidade que comprometeriam a heráldica institucional, além de elevar os custos logísticos de recebimento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações diretamente interdependentes (onde uma dependa da conclusão da outra para funcionar). No entanto, há uma **correlação lógica** com a aquisição de diplomas ou certificados de outorga, que geralmente acompanham a entrega da láurea, mas que podem ser processados via material de consumo de expediente já existente na unidade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está estritamente alinhada ao Plano Estratégico da PMESP e às metas da DTIC:

11.1.1. **Valorização Profissional:** Atende ao eixo de Gestão de Pessoas, focando na manutenção do moral e no reconhecimento do esforço técnico.

11.1.2. **Adequação Orçamentária:** A despesa está prevista na UGE 180183, utilizando a Fonte de Recursos 150010001 e Elemento de Despesa 33.90.30.90, demonstrando que a demanda possui lastro financeiro planejado para o exercício de 2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Esta seção justifica o valor público e institucional da despesa.

12.1.1. **Fortalecimento da Identidade Institucional:** Garante que o reconhecimento aos policiais militares da DTIC seja materializado por meio de insígnias que respeitam a heráldica oficial, reforçando o simbolismo do mérito.

12.1.2. **Eficiência Administrativa:** A aquisição de todos os graus em um único processo reduz o custo operacional de múltiplas licitações e permite a manutenção de um estoque regulador, evitando compras emergenciais mais caras.

12.1.3. **Retenção e Motivação:** Em um ambiente técnico e especializado como a Diretoria de Tecnologia, o reconhecimento formal atua como um fator de retenção de talentos e valorização do capital humano diante da alta demanda do mercado de TI.

12.1.4. **Padronização de Material:** Assegura que todos os agraciados recebam itens com a mesma qualidade de acabamento, metalurgia e suporte de couro, mantendo a uniformidade visual do uniforme.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Ações necessárias para que a contratação ocorra com segurança jurídica e técnica.

13.1.1. **Análise de Amostras:** Conforme previsto no Termo de Referência, a Administração deve convocar o licitante vencedor para apresentar amostras físicas antes da homologação, garantindo que o couro e o metal correspondam às especificações.

13.1.2. **Designação de Fiscalização:** Nomeação formal de um oficial ou praça da Seção Administrativa para atuar como fiscal do contrato, responsável por conferir a quantidade e a integridade das 320 unidades no ato da entrega.

13.1.3. **Verificação de Documentação Fiscal:** Certificar que a empresa vencedora mantém a regularidade fiscal e trabalhista durante todo o processo, conforme exige a Lei 14.133/2021.

13.1.4. **Recebimento e Armazenamento:** Preparação de local adequado (isento de umidade) para o armazenamento das láureas e estojos de veludo, evitando a oxidação precoce dos metais.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Considerando as diretrizes de sustentabilidade mencionadas nos requisitos.

14.1.1. **Resíduos Sólidos (Embalagens):** O fornecimento de 320 medalhas gera resíduos de papelão e plástico. **Medida Mitigadora:** Exigir que as embalagens de transporte sejam preferencialmente de material reciclável e que o descarte na DTIC siga o plano de gerenciamento de resíduos da unidade.

14.1.2. **Processos de Galvanoplastia:** A fabricação de medalhas (banhos de ouro, prata e bronze) utiliza produtos químicos. **Medida Mitigadora:** Priorizar fornecedores que possuam licenças ambientais em dia e que comprovem o descarte adequado de efluentes industriais.

14.1.3. **Origem do Couro:** O suporte das láureas utiliza couro natural. **Medida Mitigadora:** Verificar se o material provém de curtumes que respeitam as normas ambientais vigentes, evitando fornecedores com histórico de infrações ambientais.

14.1.4. **Logística:** O transporte do material gera emissão de CO2. **Medida Mitigadora:** A opção por remessa única (entrega total) em vez de entregas parceladas reduz a pegada de carbono da operação logística.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Viabilidade Técnica:

15.1.1. O objeto (Láureas de Mérito Pessoal) possui especificações claras e consolidadas no Regulamento de Identidade Visual da PMESP. A existência de fornecedores especializados no mercado, conforme demonstrado na Pesquisa de Preços (Panelli, DG Brindes, etc.), garante que a solução pode ser executada com o rigor heráldico necessário.

15.1.2. A exigência de amostras e a garantia de 12 meses são mecanismos técnicos suficientes para mitigar riscos de entrega de material de baixa qualidade.

15.2. Viabilidade Econômica:

15.2.1. O valor estimado é de caráter sigiloso e condizente com os preços de mercado e apresenta um baixo impacto orçamentário frente ao benefício institucional gerado.

15.2.2. A opção pela adjudicação por **preço global do lote** (em vez de itens separados) é economicamente vantajosa, pois atrai fornecedores que podem oferecer economia de escala e reduz os custos administrativos de gestão de múltiplos contratos.

15.3. Viabilidade Operacional e Temporal:

15.3.1. A unidade dispõe de estrutura administrativa (Seção Administrativa da DTIC) capaz de fiscalizar o recebimento.

15.3.2. O prazo de entrega de 15 dias é compatível com a urgência relatada no **DFD 50/2026**, que classifica a reposição de estoque como "prioridade máxima" para não interromper o cronograma de premiações da unidade.

15.4. Alinhamento com o Interesse Público:

15.4.1. A contratação atende ao princípio da eficiência e ao dever de valorização do militar. Ao garantir a disponibilidade das comendas, a Administração cumpre sua promessa de reconhecimento ao mérito técnico dos especialistas em TIC, essencial para a manutenção da estabilidade dos sistemas críticos do Estado.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURICIO TRUDES DE AGUIAR

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 15:12:02.



Governo do Estado de São Paulo

MINUTA DE NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2024NE00000

UG	180183 - DIRETORIA DE TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO			
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO			
Data de Emissão				

CNPJ/CPF/UG				
Credor				
Endereço				
Cidade		UF		CEP

Origem Material				
-----------------	--	--	--	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES

No Processo		Acordo		
Tipo de Empenho		Ref Dispensa		
Licitação		Modalidade		
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC

Valor do Empenho R\$				
----------------------	--	--	--	--

Cronograma		
	Mês	Valor

Sequência		Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					



Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

NOME DA AUTORIDADE COMPETENTE
XXX.XXX.XXX-XX
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--

Modelo referente a planilha de proposta



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
Pregão Eletrônico nº 90010/2026
Processo nº 057.00131198/2026-46

Item	Quantidade	Descrição do serviço ou do material (Conforme necessidade)	Valor Unit.	Valor Total
01	70	Láurea do Mérito Pessoal 1º Grau		
02	70	Láurea do Mérito Pessoal 2º Grau		
03	60	Láurea do Mérito Pessoal 3º Grau		
04	90	Láurea do Mérito Pessoal 4º Grau		
05	30	Láurea do Mérito Pessoal 5º Grau		

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

(Nome/assinatura do representante legal)

MODELO DE DECLARAÇÃO

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador
do CPF nº _____, na condição de representante legal de
_____ (nome empresarial
ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90010/2026, Processo nº
057.00131198/2026-46, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo
único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não
disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº
6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)